

# Só "uma lista de despejos" <sup>32</sup>

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, qualificou como "uma lista de desejos" o programa econômico apresentado ao Congresso Nacional pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, por entender que ele não caracteriza os instrumentos capazes de viabilizar as metas prometidas. Acrescentou que a caracterização como programa econômico deve-se, também, "à

ausência de um conjunto de medidas concretas que leve a um objetivo perseguido".

Na sua opinião, qualquer programa de ajuste da economia brasileira terá de passar, obrigatoriamente, por um rígido controle do déficit público, "o único caminho para a redução das taxas de juros". Para que isso seja possível, o Banco Central terá de ser independente, com renovação periódica e separada no seu quadro administrativo, cujos nomes obedecerão a indicações do presidente da República e a devida aprovação do Senado Federal.

Ao falar sobre "Política Monetária e Fiscal" durante o IV Seminário Nacional de Open Market, Simonsen fez severas críticas aos métodos que estão sendo aplicados para controlar a economia brasileira, principalmente os destinados ao combate da inflação.



Simonsen: faltam medidas

A forma mais eficaz para reduzir o processo inflacionário, disse, é a austeridade no gasto público, "e o que está passando por aí não tem nada que ver com o que está escrito".

O ex-ministro do Planejamento também fez previsões bastante sombrias para a economia norte-americana, ao apontar os erros de política econômica praticados pelo atual governo dos Estados Unidos. Lembrou

que os EUA passaram de um crédito de US\$ 800 milhões junto à comunidade financeira internacional, em 1979, para um débito atual de US\$ 250 bilhões. "Um país que perde mais de US\$ 1 trilhão em menos de 18 anos tem um déficit em conta corrente de US\$ 150 bilhões e um déficit comercial de US\$ 170 bilhões corre o risco de enfrentar uma forte explosão inflacionária em futuro próximo", afirmou.

Ao voltar a criticar a política monetária do Brasil, Simonsen disse que o País perdeu credibilidade nos seus indicadores econômicos, uma vez que "ninguém sabe mais, por exemplo, como andam os déficits público e fiscal". Lembrou que até o Conselho Interministerial de Preços (CIP), que tinha um sistema de dados importantes, hoje sente falta de informações.

(Rio — Ag. Estado)